

OCTÁVIO FRAGATA MARTINS DE BARROS

# COMO JULGAM OS ÁRBITROS

Uma leitura do processo decisório arbitral

 Marcial  
Pons

MADRI | BARCELONA | BUENOS AIRES | SÃO PAULO

*Como julgam os árbitros: uma leitura do processo decisório arbitral*  
Octávio Fragata Martins de Barros

*Preparação e Edição eletrônica*  
Ida Gouveia / HBLYZ / Oficina das Letras®

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo – Lei 9.610/1998.

**CIP-Brasil. Catalogação na Publicação**  
**Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ**

---

B273c

Barros, Octávio Fragata Martins de,  
Como julgam os árbitros: uma leitura do processo decisório arbitral / Octávio  
Fragata Martins de Barros. - 1. ed. - São Paulo: Marcial Pons, 2017.

ISBN 978-85-66722-44-4

1. Direito - Filosofia. 2. Ética jurídica. I. Título.

---

17-43271

CDU: 340.12

© Octávio Fragata Martins de Barros

© MARCIAL PONS EDITORA DO BRASIL LTDA.

Av. Brig. Faria Lima, 1461, Torre Sul, 17/8 Jardim Paulistano CEP 01452-002 São Paulo-SP

☎ +55 (11) 3192.3733    [www.marcialpons.com.br](http://www.marcialpons.com.br)

1104936

Impresso no Brasil

## SUMÁRIO

Prefácio – PEDRO A. BATISTA MARTINS .....	7
Introdução .....	15
1. Os efeitos do inconsciente na convicção do árbitro .....	23
2. A finalidade do processo arbitral e o seu efeito sobre a convicção do árbitro .....	53
2.1 Introdução.....	53
2.2 A teoria da prova na arbitragem.....	57
2.3 Arbitragem como justiça distributiva ou comutativa? .....	59
2.4 O que é a verdade? – Francis Bacon .....	68
2.5 A busca pela verdade e a epistemologia do processo.....	74
2.6 A busca pela verdade e o devido processo legal .....	82
3. A convicção do árbitro e o ônus da prova .....	85
3.1 Introdução.....	85
3.2 Sistemas legais: a prova legal e a prova moral.....	87
3.3 A instrução probatória e a determinação da lei aplicável sobre ela	89
3.4 O ônus da prova na arbitragem.....	100
3.4.1 O ônus subjetivo: quem deve provar.....	103
3.4.2 O ônus objetivo: quem deve prevalecer .....	111

3.5	A convicção do árbitro e o ônus de provar um direito .....	115
3.6	A convicção do árbitro diante da insuficiência de provas .....	125
4.	Os meios de prova e a sua influência na convicção do árbitro.....	135
4.1	Introdução.....	135
4.2	Prova oral .....	138
4.2.1	Quem pode depor .....	140
4.2.2	A reunião prévia com o depoente .....	145
4.2.3	Depoimento escrito a anteceder o oral.....	147
4.2.4	A técnica da inquirição de testemunhas (o Direct e o Cross-Examination).....	153
4.2.5	A credibilidade da testemunha e a impugnação do seu depoimento.....	157
4.2.6	A convicção do árbitro e credibilidade da testemunha .....	164
4.3	Prova pericial.....	169
4.3.1	Cálculo de prejuízo.....	171
4.3.1.1	Quantificação dos prejuízos: métodos, probabilidade de retorno, riscos e questões afins .....	174
4.3.2	A credibilidade do perito.....	182
4.3.2.1	As premissas do parecer .....	184
4.3.2.2	O risco do empreendimento .....	184
4.3.2.3	A concorrência do setor.....	186
4.3.2.4	Atribuição de taxa de retorno .....	187
4.3.2.5	Mitigação de prejuízo.....	188
4.3.3	A convicção do árbitro e a credibilidade do <i>expert</i> .....	190
5.	A expressão da convicção do árbitro: a sentença arbitral .....	193
5.1	Introdução.....	193
5.2	A deliberação do Tribunal Arbitral .....	196
5.3	A sentença arbitral.....	210
5.3.1	Relatório.....	212
5.3.2	Fundamentação .....	213
5.3.3	Dispositivo .....	221

5.3.4 Data e lugar em que foi proferida .....	222
5.3.5 Assinatura.....	224
5.4 Sugestões para a fundamentação de uma sentença .....	226
5.5 A avaliação da sentença arbitral pelo processo decisório ou pelo seu resultado .....	229
Conclusão.....	233
Referências bibliográficas.....	239